



**Após ser chamada de 'tigre de papel' por Trump, Rússia reage afirmando que é um 'urso'**

Depois do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ter chamado a Rússia de 'tigre de papel' por conta das dificuldades do país durante o conflito na Ucrânia e a falta de acordos de paz, o governo de Vladimir Putin reagiu.

Em uma declaração à rádio russa RBC, o porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, defendeu que o país 'não é de forma alguma um tigre', mas sim 'tradicionalmente vista como um urso'. Na terça-feira (23), Trump disse que os ucranianos podem repelir os russos após o início do confronto e até mesmo recuperar todas as terras. Ele elogiou o 'espírito de luta' do país comandado por Volodymyr Zelensky e repreendeu a Rússia por não acreditar na 'força' do país vizinho.

'A Rússia luta sem rumo há três anos e meio, uma guerra que deveria ter levado menos de uma semana para ser vencida por uma verdadeira potência militar. Isso não distingue a Rússia. Na verdade, está fazendo com que pareçam um tigre de papel. Putin e a Rússia estão com GRANDES problemas econômicos, e este é o momento de a Ucrânia agir', escreveu Trump na rede social Truth Social.

Peskov rejeitou as afirmações sobre a economia russa, alegando que Moscou 'mantém resiliência e estabilidade macroeconômica'. Há alguns meses, o ministro da Economia disse que o país estava 'à beira de cair em recessão'.

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, defendeu que os países da OTAN abatam qualquer avião ou jato russo que entrem no espaço aéreo de algum país da organização. Apesar de apoiar uma ação mais forte, ele adotou cautela.

Trump não se comprometeu em apoiar uma intervenção do tipo, dizendo que isso caberia aos membros europeus da aliança. Polônia, Reino Unido, Alemanha, entre outros, ainda adotaram cautela e temem que uma resposta do tipo escale para uma guerra.

Fonte: <https://cbn.globo.com/mundo/noticia/2025/09/25/apos-ser-chamada-de-tigre-de-papel-por-trump-russia-reage-afirmando-que-e-um-urso.ghtml>

**01) Assinale a alternativa correta considerando o período: Depois do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ter chamado a Rússia de 'tigre de papel' por conta das dificuldades do país durante o conflito na Ucrânia e a falta de acordos de paz, o governo de Vladimir Putin reagiu.**

- (A) A expressão “Tigre de papel” possui sentido denotativo.
- (B) O período é um período simples.
- (C) A expressão “tigre de papel” possui sentido conotativo.
- (D) O período é composto e possui oração coordenada adversativa.
- (E) A expressão “Depois do presidente dos Estados Unidos” estabelece a circunstância de modo.

**02) Assinale a alternativa na qual as duas palavras são acentuadas pela mesma regra:**

- (A) Após – Início.
- (B) Rússia – país.
- (C) Potência – Até.
- (D) Resiliência – Há.
- (E) Econômicos – Espírito.

**03) Assinale a alternativa que apresente a circunstância estabelecida pelo advérbio existente no período: Apesar de apoiar uma ação mais forte, ele adotou cautela.**

- (A) Intensidade.
- (B) Tempo.
- (C) Modo.
- (D) Afirmação.
- (E) Negação.

**04) Assinale a alternativa que apresente trecho cujo uso da crase é justificado pela mesma razão do seu emprego no período: Em uma declaração à rádio russa RBC, o porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, defendeu que o país 'não é de forma alguma um tigre', mas sim 'tradicionalmente vista como um urso'.**

- (A) Saiu às 20h de casa.
- (B) Tinha aversão à violência e não reagiu.
- (C) O furto ocorreu à noite.
- (D) A aluna obedeceu à professora e fez os exercícios.
- (E) Fez um memorando oficial e enviou à diretora.

**05) Assinale a alternativa que apresente a função sintática da oração subordinada em destaque no período: O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, defendeu que os países da OTAN abatam qualquer avião ou jato russo que entrem no espaço aéreo de algum país da organização.**

- (A) Sujeito.
- (B) Objeto Indireto.
- (C) Predicativo.
- (D) Complemento Nominal.
- (E) Objeto Direto.

<b>MATEMÁTICA/RACIOCÍNIO LÓGICO</b>
-------------------------------------

**06) Pedro e Laura fizeram um lanche em uma lanchonete. Pedro tomou um suco de laranja e comeu dois pastéis, Laura consumiu um pastel e um suco de laranja. O valor pago por Pedro foi de R\$ 23,00 e por Laura de R\$ 15,50. Com base nestas informações, é correto afirmar que o valor do suco de laranja é igual a:**

- (A) R\$ 6,50.
- (B) R\$ 7,00.
- (C) R\$ 7,50.
- (D) R\$ 8,00.
- (E) R\$ 8,50.

**07) Um professor foi contratado para trabalhar de forma temporária em um colégio que paga R\$ 24,50 a hora aula. Seu salário mensal é calculado multiplicando o número de aulas com o valor da hora por aula vezes 4,5 semanas. Se ele vai trabalhar 36 horas por semana, o valor do seu salário é igual a:**

- (A) R\$ 3.486,00.
- (B) R\$ 3.569,00.
- (C) R\$ 3.845,00.
- (D) R\$ 3.889,00.
- (E) R\$ 3.969,00.

**08) Uma sequência recorrente é aquela em que os elementos se repetem de acordo com um padrão, como a sequência 3141593141593141593..... . Assim, podemos afirmar que o 49º termo desta sequência é igual a:**

- (A) 1.
- (B) 3.
- (C) 4.
- (D) 5.
- (E) 9.

**09) A meia-vida de um medicamento é o tempo aproximado que ele leva para que sua massa se reduza à metade no organismo de um indivíduo. Se uma pessoa tomou 300mg de um medicamento às 12h que possui meia-vida de 1,5 horas, qual é a quantidade deste medicamento ainda presente no organismo deste indivíduo às 18h?**

- (A) 150mg.
- (B) 37,50mg.
- (C) 87,50mg.
- (D) 18,75mg.
- (E) 32,50mg.

**10) Dona Vera comprou um carro no valor de R\$ 96.000,00. A forma de pagamento foi uma entrada de 25% do valor do carro e o restante em 24 parcelas de igual valor sem juros. Com base nestes dados, o valor de cada prestação é igual a:**

- (A) R\$ 3.000,00.
- (B) R\$ 3.200,00.
- (C) R\$ 3.600,00.
- (D) R\$ 3.720,00.
- (E) R\$ 3.960,00.

<b>CONHECIMENTOS GERAIS/LEGISLAÇÃO</b>
--

**11) Recentemente, um comediante foi condenado judicialmente por piadas consideradas ofensivas a grupos minoritários. A decisão é mais uma que demonstra a judicialização do humor no Brasil, gerando um intenso debate sobre os limites entre a liberdade de expressão artística e a criminalização da ofensa. Analise os itens abaixo e assinale a alternativa que se refere a artistas que foram diretamente ou indiretamente acionados judicialmente por produzir ou participar de conteúdos humorísticos de qualquer natureza no Brasil:**

- I – Gregório Duvivier.**
- II – Léo Lins.**
- III – Danilo Gentili.**
- IV – Rafinha Bastos.**

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas I, III e IV.
- (C) Apenas I, II e IV.
- (D) Apenas II, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

**12) Como forma de valorizar a dedicação e a permanência do servidor no serviço público, a Lei nº 2626/2024 concede um benefício conhecido como licença-prêmio. Trata-se de um período de três meses de afastamento remunerado a que o servidor faz jus após completar um determinado tempo de efetivo exercício. De acordo com o Art. 60 da Lei nº 2626/2024, após quanto tempo o servidor poderá fazer jus a licença-prêmio em Três Barras do Paraná?**

- (A) Após 1 (um) ano.
- (B) Após 3 (três) anos.
- (C) Após 5 (cinco) anos.
- (D) Após 7 (sete) anos.
- (E) Após 10 (dez) anos.

13) Preencha as lacunas e assinale a alternativa com a sequência correta:

Em março de 2025, revelações de que uma agência de inteligência oficial do \_\_\_\_\_ hackeou sistemas de um país vizinho para obter vantagem em sensíveis negociações bilaterais deflagraram uma crise diplomática. O alvo da espionagem eram autoridades envolvidas na revisão do \_\_\_\_\_ que rege uma das maiores usinas hidrelétricas do mundo, localizada na fronteira comum. O governo vizinho reagiu suspendendo imediatamente as tratativas e convocando seu embaixador no Brasil para consultas, um claro sinal de protesto formal. O episódio reacendeu ressentimentos históricos profundos na relação bilateral, remontando a um conflito do século XIX conhecido como \_\_\_\_\_.

- (A) Brasil/tratado de Itaipu/Guerra do Paraguai.
- (B) Estados Unidos/tratado de Santo Ildefonso/Operação Condor.
- (C) México/tratado de Guadalupe Hidalgo/Questão de Palmas.
- (D) Peru/tratado de Ancón/Grande Guerra.
- (E) Chile/Protocolo de Quioto/Guerra do Kosovo.

14) A Administração Pública, em todas as suas esferas, não pode agir de forma arbitrária, devendo pautar sua conduta por um conjunto de princípios expressos na Constituição Federal e replicados na legislação municipal. A Lei Orgânica de Três Barras do Paraná, em seu artigo 129, estabelece que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes do Município obedecerá a esses preceitos fundamentais, que servem como um guia para a atuação de todo e qualquer agente público, garantindo a moralidade, a eficiência e a transparência dos atos. Qual dos princípios abaixo estão listados no *caput* do Art. 129 da Lei Orgânica do Município?

- I – Legalidade.
- II – Impessoalidade.
- III – Moralidade.
- IV – Publicidade.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas II, III e IV.
- (C) Apenas I, III e IV.
- (D) Apenas I, II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

15) O estágio probatório é um período crucial na vida funcional do servidor público, destinado a avaliar sua aptidão para o desempenho do cargo. Durante essa fase, que tem duração de três anos, o servidor é observado em diversos aspectos, como disciplina, assiduidade e eficiência. Contudo, a legislação prevê situações específicas que, por sua natureza, podem suspender temporariamente a contagem desse período, que é retomado após o término do evento. De acordo com o Art. 19 da Lei nº 2626/2024, qual das situações abaixo suspende o prazo do estágio probatório em Três Barras do Paraná? Analise as assertivas e assinale a alternativa correta:

- I – Designação para exercício de chefia, direção ou assessoramento.
- II – Designação para o cargo de Secretário Municipal.
- III – Licença para casamento.
- IV – Licença para tratar de assunto particular.

- (A) Apenas I e III.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas II e IV.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) Apenas I e IV.

**16) À luz das disposições da Lei Orgânica do Município de Três Barras do Paraná, assinale a alternativa correta:**

- (A) São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- (B) São símbolos do Município de Três Barras do Paraná o Brasão, a Bandeira e o Hino Municipal.
- (C) O Município é dividido em distritos, cuja criação, organização e supressão observará a legislação estadual e dependerá de consulta prévia, mediante referendo.
- (D) A divisão administrativa urbana e a forma de como promovê-la será definida em lei ordinária, aprovada pelo Poder Legislativo e sancionada pelo Prefeito.
- (E) Compete privativamente ao Município de legislar sobre o sistema municipal de educação.

**17) Nos termos da Lei Orgânica do Município de Três Barras do Paraná, os vereadores não poderão, desde a expedição do diploma:**

**I – Ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com o município, ou nela exercer função remunerada.**

**II – Patrocinar causa em que seja interessada autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou concessionária de serviço público.**

**III – Ser titular de mais de um cargo ou mandatário público eletivo.**

**Após análise, assinale a alternativa correta:**

- (A) Somente o item III está correto.
- (B) Somente o item II está correto.
- (C) Somente os itens I e II estão corretos.
- (D) Todas as alternativas estão corretas.
- (E) Todas as alternativas estão incorretas.

**18) A Lei Orgânica do Município de Três Barras do Paraná dispõe que o plano diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. Sobre referido instrumento, analise as alternativas a seguir e assinale a correta:**

- (A) O plano diretor deverá ser matéria de Lei Complementar.
- (B) O plano diretor deverá ser matéria de Lei Ordinária.
- (C) O plano diretor deverá ser elaborado mediante ato normativo do Poder Executivo, com participação do povo mediante suas associações representativas.
- (D) O plano diretor será elaborado com participação do povo, mediante plebiscito.
- (E) O plano diretor será elaborado com participação do povo, mediante referendo.

**19) Considerando as disposições do Estatuto do Servidor Público do Município de Três Barras do Paraná a respeito das formas de provimento de cargo público, analise as alternativas a seguir e assinale a correta:**

- (A) Reversão é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de transformação, quando inválida a sua demissão por decisão administrativa ou judicial.
- (B) Na reversão, encontrando-se provido o cargo, o servidor estável revertido ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- (C) Recondução é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, foram declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.
- (D) Na recondução, encontrando-se provido o cargo, o servidor estável reconduzido será aproveitado em outro ou posto em disponibilidade.
- (E) Na recondução, o servidor estável retornará ao cargo anteriormente ocupado com direito à indenização.

**20) À luz das disposições do Estatuto do Servidor Público do Município de Três Barras do Paraná sobre as gratificações, assinale a alternativa INCORRETA:**

- (A) A gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze) avos da média da remuneração recebida pelo no respectivo ano.
- (B) O valor da gratificação por função de confiança, será definido, a partir da natureza, da complexidade e do grau de responsabilidade das atribuições de chefia, de direção ou de assessoramento, em lei específica.
- (C) Para o cálculo da gratificação natalina, a fração igual ou superior a 10 (dez) dias de exercício no mesmo mês será considerada como mês integral.
- (D) A gratificação por encargo será devida ao servidor que for designado para atuar em comissões administrativas ou operacionais.
- (E) No caso de falecimento do servidor, o pagamento da gratificação natalina será feito aos dependentes legais.

**21) Segundo dispõe o Estatuto do Servidor Público do Município de Três Barras do Paraná, conceder-se-á ao servidor licença:**

- (A) Por motivo de doença em familiar até o terceiro grau.
- (B) Para atividade política, sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.
- (C) Para tratar de interesses particulares, a critério da administração, pelo prazo de até seis meses consecutivos e sem remuneração.
- (D) Por prêmio, após um decênio de efetivo exercício público, por até seis meses e sem prejuízo dos vencimentos.
- (E) Por paternidade, pelo prazo de cinco dias consecutivos, a contar do nascimento.

**22) Considerando as disposições do Estatuto dos Servidores Público do Município de Três Barras do Paraná sobre as sanções disciplinares, analise as afirmativas a seguir:**

**I – A sanção de advertência será aplicada nas hipóteses de cometimento de infrações disciplinares de natureza leve.**

**II – A sanção de repreensão será aplicada nas hipóteses de reincidência no cometimento de infrações disciplinares de natureza leve.**

**III – A sanção de suspensão será aplicada nas hipóteses de cometimento de infrações disciplinares de natureza média ou grave.**

**Após análise, assinale a alternativa correta:**

- (A) Somente o item I está correto.
- (B) Somente os itens I e II estão corretos.
- (C) Somente os itens II e III estão corretos.
- (D) Somente os itens I e III estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

**23) Segundo a Lei nº 14.133/2021, é inexigível licitação quando inviável a competição, em especial:**

- (A) Para contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica.
- (B) Em caso de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem.
- (C) Em caso de objetos que possam ser contratados por meio de credenciamento.
- (D) Quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços.
- (E) Para celebração de contrato de programa com ente federativo que envolva prestação de serviços públicos de forma associada, nos termos autorizados em contrato de consórcio público.

**24) Considerando as disposições da Lei Complementar nº 113/2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná) sobre a apreciação e julgamento das contas dos prefeitos e dos administradores municipais, analise as afirmativas a seguir e assinale a correta:**

- (A) O Tribunal de Contas julgará, no prazo máximo de 1 (um) ano a contar do seu recebimento, sobre a prestação anual de contas do Poder Executivo Municipal.
- (B) O Tribunal de Contas emitirá parecer, no prazo máximo de 1 (um) ano a contar do seu recebimento, sobre a prestação de contas apresentada pelo Chefe do Poder Legislativo Municipal.
- (C) O Tribunal de Contas julgará, até o último dia do ano do seu recebimento, a prestação de contas apresentada pelo Chefe do Poder Legislativo Municipal e demais administradores municipais.
- (D) O Tribunal de Contas emitirá parecer, no prazo máximo de 1 (um) ano a contar do seu recebimento, sobre a prestação de contas apresentada pelos demais administradores municipais.
- (E) O Tribunal de Contas julgará, no prazo máximo de 1 (um) ano a contar do seu recebimento, sobre a prestação anual de contas dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, bem como dos demais administradores municipais.

**25) Segundo conceito doutrinário de Celso Antônio Bandeira de Melo, a desapropriação é o procedimento através do qual o Poder Público compulsoriamente despoja alguém de uma propriedade e a adquire, fundado em interesse público. Sobre o assunto, analise as alternativas abaixo e assinale a correta:**

- (A) Observadas as diretrizes constitucionais e a lei federal, o Poder Público Municipal pode exigir do proprietário do solo urbano não utilizado que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de desapropriação imediata com pagamento mediante títulos da dívida pública.
- (B) Observadas as diretrizes constitucionais, independentemente de lei federal, o Poder Público Municipal pode exigir do proprietário do solo urbano não utilizado que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de desapropriação imediata, com prévia e justa indenização em dinheiro.
- (C) Observadas as diretrizes constitucionais, a lei federal e o plano diretor, o Poder Público Municipal pode promover a imediata desapropriação de solo urbano subutilizado ou não edificado e, em cumprimento à função social da propriedade, deve desapropriar o solo urbano não utilizado, sempre mediante prévia e justa indenização em dinheiro.
- (D) Observadas as diretrizes constitucionais e a lei federal, o Poder Público Municipal pode exigir que o proprietário do solo urbano não utilizado promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de parcelamento ou edificação compulsórios, de cobrança de IPTU progressivo no tempo e de desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública.
- (E) Observadas as diretrizes constitucionais, a lei federal e o plano diretor, o Poder Público Municipal, mediante análise dos critérios de conveniência e oportunidade, pode fazer a desapropriação de solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, ou ainda promover o parcelamento do solo, criar sobre ele edificação compulsória ou instituir IPTU progressivo no tempo.

**26) O artigo 156-A da Constituição Federal, introduzido pela Emenda Constitucional nº 132/2023, dispõe que “Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.”. Considerando a clássica classificação das normas constitucionais quanto a sua eficácia, é correto afirmar que citada norma possui:**

- (A) Eficácia limitada.
- (B) Eficácia plena.
- (C) Eficácia contida.
- (D) Eficácia prospectiva.
- (E) Eficácia imediata.

**27) Segundo dispõe o Código de Processo Civil, a produção antecipada da prova será admitida nos casos em que:**

**I - Haja fundado receio de que venha a tornar-se impossível ou muito difícil a verificação de certos fatos na pendência da ação.**

**II - A prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito.**

**III - O prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento de ação.**

**Após análise, assinale a alternativa correta:**

- (A) Somente o item I está correto.
- (B) Somente o item II está correto.
- (C) Somente os itens I e II estão corretos.
- (D) Somente os itens I e III estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

**28) Acerca da acumulação remunerada de cargos públicos, assinale a alternativa correta:**

- (A) Em regra é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.
- (B) Em regra, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos somente quando há incompatibilidade de horários.
- (C) Em regra, é possível a acumulação remunerada de cargos públicos, desde que não haja incompatibilidade de horários ou de interesses.
- (D) A proibição de acumulação remunerada de cargos públicos não se estende a empregos públicos.
- (E) A proibição de acumulação remunerada de cargos públicos não abrange as sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

**29) Considerando o que dispõe a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) sobre a Lei Orçamentária Anual, assinale a alternativa INCORRETA:**

- (A) A lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.
- (B) O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.
- (C) O projeto de lei orçamentária anual poderá consignar crédito com dotação ilimitada.
- (D) É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa.
- (E) Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.

**30) Segundo dispõe a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como um de seus fundamentos:**

- (A) A garantia de seu desenvolvimento nacional.
- (B) A autodeterminação dos povos.
- (C) A igualdade entre os Estados.
- (D) O pluralismo político.
- (E) A erradicação da pobreza.

**31) À luz das disposições do Código Civil Brasileiro acerca das associações, assinale a alternativa correta:**

- (A) Os associados devem ter iguais direitos, sendo vedada a instituição de categorias com vantagens especiais.
- (B) A qualidade de associado é transmissível, se o estatuto não dispuser o contrário.
- (C) A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa.
- (D) A dissolução da associação poderá ser determinada exclusivamente por decisão judicial, sendo vedada a dissolução voluntária pela assembleia geral.
- (E) Os bens remanescentes após a dissolução da associação poderão ser livremente distribuídos entre os associados, salvo se houver disposição estatutária em contrário.

**32) À luz do disposto no Código Civil a respeito da criação, funcionamento e extinção das fundações, identifique a alternativa correta:**

- (A) A constituição de uma fundação depende de autorização prévia do Ministério Público, que deverá aprovar tanto a escritura de instituição quanto o estatuto, antes do seu registro.
- (B) Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão, se de outro modo não dispuser o instituidor, incorporados em outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante.
- (C) O instituidor de uma fundação poderá livremente designar qualquer finalidade, sendo vedada a modificação posterior pelo Ministério Público ou pelo Judiciário.
- (D) O estatuto de uma fundação poderá ser livremente alterado pela diretoria, independentemente de autorização judicial ou ministerial, desde que haja previsão estatutária.
- (E) A extinção da fundação somente pode ocorrer por decisão voluntária de seus administradores, desde que constatada a inviabilidade financeira da entidade.

**33) Com base nas disposições do Código Civil acerca dos defeitos do negócio jurídico, assinale a alternativa correta:**

- (A) O dolo acidental, ainda que não seja a causa determinante da manifestação de vontade, sempre autoriza a anulação do negócio jurídico, em razão da quebra da boa-fé objetiva.
- (B) Não se admite o reconhecimento de estado de perigo quando a situação envolver pessoa que não integre o núcleo familiar do declarante.
- (C) A coação exercida por terceiro jamais enseja a anulação do negócio jurídico, visto que a vontade do contratante diretamente envolvido não foi afetada pelo ato ilícito.
- (D) O erro de cálculo é vício substancial, apto a ensejar a anulação do negócio jurídico, pois compromete a exatidão da manifestação de vontade.
- (E) Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

**34) O Código de Processo Civil dispõe que o juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles mostrar-se incontroverso ou estiver em condições de imediato julgamento. Sobre o assunto, é correto afirmar que:**

- (A) A decisão que julgar parcialmente o mérito não poderá reconhecer a existência de obrigação ilíquida.
- (B) A parte poderá executar, desde logo, a obrigação reconhecida na decisão que julgar parcialmente o mérito, independentemente de caução, desde que não haja recurso contra essa interposto.
- (C) A liquidação e o cumprimento da decisão que julgar parcialmente o mérito deverão ser processados em autos suplementares.
- (D) A decisão que julgar parcialmente o mérito é impugnável por agravo de instrumento.
- (E) A parte poderá executar, desde logo, a obrigação reconhecida na decisão que julgar parcialmente o mérito, mediante prestação de caução.

**35) Sobre os embargos de divergência, previsto no Código de Processo Civil, analise as afirmativas a seguir e assinale a correta:**

- (A) É embargável o acórdão de órgão fracionário que em recurso extraordinário ou em recurso especial, divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal, sendo os acórdãos, embargado e paradigma, de mérito.
- (B) É embargável o acórdão de órgão fracionário que, nos processos de competência originária, divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal.
- (C) A divergência que autoriza a interposição de embargos de divergência somente pode verificar-se na aplicação do direito material.
- (D) Cabem embargos de divergência quando o acórdão paradigma for da mesma turma que proferiu a decisão embargada, desde que sua composição tenha sofrido alteração em um terço de seus membros.
- (E) A interposição de embargos de divergência no Superior Tribunal de Justiça não interrompe o prazo para interposição de recurso extraordinário por qualquer das partes.

**36) De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho e com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta acerca da duração do trabalho e suas peculiaridades:**

- (A) O limite máximo de duas horas extraordinárias diárias pode ser superado em caso de força maior, independentemente de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.
- (B) A prorrogação de jornada em atividades insalubres independe de autorização da autoridade competente em matéria de higiene e segurança do trabalho, bastando o acordo individual escrito com o empregado.
- (C) A jornada de seis horas diárias prevista para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento é absoluta, não podendo ser ampliada mediante negociação coletiva, ainda que compensatória.
- (D) O regime de compensação de jornada, inclusive o banco de horas, pode ser ajustado por acordo individual, tácito ou escrito, sem qualquer limitação quanto ao período de compensação, conforme o princípio da autonomia da vontade.
- (E) A concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo para repouso e alimentação implica o pagamento de horas extras referente ao período suprimido, sobre a qual incidirá os reflexos de natureza trabalhista.

**37) Sobre os efeitos jurídicos da suspensão e da interrupção do contrato de trabalho, assinale a alternativa correta:**

- (A) Durante a suspensão contratual, o vínculo de emprego se mantém íntegro, mas o empregador permanece obrigado ao pagamento dos salários, cabendo ao empregado a contrapartida da prestação laboral.
- (B) Na hipótese de afastamento por acidente do trabalho com percepção de auxílio-doença acidentário, há interrupção do contrato de trabalho nos primeiros 15 dias, e, a partir do 16º dia, ocorre suspensão.
- (C) A interrupção do contrato implica a cessação temporária de todas as obrigações do empregador e do empregado, inclusive a contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais.
- (D) O contrato de trabalho poderá ser suspenso, por um período de seis a doze meses, para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador.
- (E) O afastamento da empregada gestante em razão da licença-maternidade constitui exemplo clássico de suspensão contratual.

**38) A Consolidação das Leis do Trabalho dispõe que “sendo ilíquida a sentença exequenda, ordenar-se-á, previamente, a sua liquidação, que poderá ser feita por cálculo, por arbitramento ou por artigos”. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta:**

- (A) A liquidação não abrangerá o cálculo das contribuições previdenciárias devidas, os quais deverão ser realizados separadamente pela União.
- (B) As partes devem ser intimadas para apresentação dos cálculos de liquidação.
- (C) O juiz deve nomear contador para apresentação dos cálculos de liquidação, intimando posteriormente as partes para manifestação.
- (D) A impugnação aos cálculos deve ser feita através de embargos à execução, mediante garantia do juízo.
- (E) A ausência de impugnação aos cálculos não acarreta a preclusão do direito.

**39) À luz das disposições do Código Tributário Nacional, é correto afirmar que a capacidade tributária passiva independe:**

**I - Da capacidade civil das pessoas naturais.**

**II - De achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem limitação do exercício de atividades profissionais.**

**III - De achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação limitação da administração direta de seus bens.**

**Após análise, assinale a alternativa correta:**

- (A) Somente o item I está correto.
- (B) Somente os itens I e II estão corretos.
- (C) Somente os itens II e III estão corretos.
- (D) Somente os itens I e III estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

**40) A Emenda Constitucional nº 132/2023 incluiu na Carta Magna o imposto sobre bens e serviços, de competência compartilhada entre os Estados, Distrito Federal e Município. Segundo o próprio texto constitucional, tal imposto será informado pelo princípio:**

- (A) Da fiscalidade.
- (B) Da distributividade.
- (C) Da seletividade.
- (D) Da neutralidade.
- (E) Da uniformidade.

## **FOLHA RASCUNHO DA PROVA DISCURSIVA**

A prova discursiva, de caráter eliminatório e classificatório, valerá o total de 100,00 (cem) pontos e consistirá em 01 (uma) Peça Processual ou Parecer Jurídico, e versará sobre as disciplinas de Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Constitucional e Direito Administrativo a ser respondida em até 120 (cento e vinte) linhas.

Não serão permitidas consultas em nenhum tipo de material jurídico.

### **O candidato não poderá levar consigo o caderno da Prova Discursiva.**

A Prova Discursiva deverá ser feita à mão pelo próprio candidato, em letra legível, a fim de não prejudicar o desempenho do candidato, quando da correção pela banca examinadora, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas.

A Versão Definitiva da Prova Discursiva não poderá ser assinada, rubricada ou conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que possibilite a identificação do candidato, sob pena de ser anulada. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da prova discursiva.

A FOLHA DA VERSÃO DEFINITIVA será o único documento válido para a avaliação da Prova Discursiva. O rascunho, no caderno da Prova Discursiva, será de preenchimento facultativo e não valerá para a finalidade de avaliação da Peça Processual ou Parecer Jurídico.

A omissão de dados, que forem legalmente exigidos ou necessários para a correta solução da Prova Discursiva, acarretará descontos na pontuação atribuída ao candidato.

O candidato terá sua Prova Discursiva avaliada com nota 0 (zero) em caso de:

- a) não atender ao tema proposto e ao conteúdo avaliado;
- b) manuscrever em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado neste Edital;
- c) apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
- d) redigir seu texto a lápis, ou à tinta em cor diferente de azul ou preta;
- e) não apresentar a questão na Folha da Versão Definitiva ou entregá-la em branco;
- f) apresentar identificação, em local indevido, de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).

**ENUNCIADO:**

Marcelo Vieira, engenheiro civil, propôs Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais em face do Município Ômega e da concessionária de serviço público Transporte Urbano de Ômega S.A. (TRANSÔMEGA), sociedade de economia mista responsável pela regulação, gerenciamento, operação e fiscalização do sistema de transporte coletivo de passageiros. A demanda foi ajuizada em 10/02/2025 e tramita perante o Juizado Especial Cível da Comarca de Ômega, sob nº 000321-12.2025.1.23.0123. Na exordial, Marcelo relatou que, em 15/01/2020, estacionou regularmente seu veículo na Avenida Paraná, em via pública, nas proximidades do edifício onde exerce suas atividades profissionais. Aduziu que, ao realizar manobra de conversão, um ônibus do transporte coletivo urbano, identificado pelo prefixo “123-BC”, colidiu com a parte traseira de seu automóvel, causando-lhe consideráveis danos materiais. O autor ressalta que não conseguiu obter as gravações das câmeras de monitoramento da região, tampouco identificar a placa do ônibus, em razão de estar em horário de trabalho no momento do fato. Assevera, entretanto, que testemunhas presenciais poderão corroborar sua versão. Acrescenta, ainda, que o motorista do coletivo deixou o local sem prestar qualquer esclarecimento ou auxílio. Marcelo afirma ter desembolsado R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais) para o conserto do automóvel, além de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) em despesas adicionais com transporte particular durante o período em que o veículo permaneceu na oficina, juntando comprovantes. Pleiteia, também, indenização por danos morais no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), em razão do constrangimento, frustração e prejuízos à sua rotina de trabalho. Requer a condenação solidária do Município de Ômega e da concessionária TRANSÔMEGA. Recebida a ação, determinou-se a citação do Município via postal, com carta endereçada à prefeitura municipal, efetivada em 05/03/2025, sendo juntada aos autos em 07/03/2025.

Na qualidade de Advogado do Município, elabore a peça processual cabível para defendê-lo. Considere que lhe foi fornecido documento contendo o itinerário oficial da linha de ônibus, do qual consta que, na data do alegado acidente, o veículo identificado como "123-BC" não circulava na região mencionada, nem a Avenida Paraná integrava rota alternativa daquele coletivo.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	

19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	

56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	

93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	